

# A malhação do real

A cotação do governo despencou no mercado cambial. O real é só um símbolo, como o boneco de Judas malhado no Sábado de Aleluia. Não há na economia real, apesar de todos os problemas, novidade bastante ruim para justificar a aparente histeria dos operadores de câmbio. O cenário de curto prazo é bem melhor que o previsto no início do ano, com inflação baixa, PIB com tendência para crescer, sinais de ativação na indústria e déficit em conta corrente em lento declínio. Além disso, as principais metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) vêm sendo alcançadas. Como explicar a crescente onda especulativa dos últimos dias, descrita como exagerada por técnicos do próprio mercado?

Os especuladores se arriscaram muito, fazendo o dólar subir mais de 7,5% em poucos dias – uma valorização excessiva, segundo especialistas. As primeiras intervenções do Banco Central foram insuficientes para conter esse movimento. O leilão de títulos cambiais realizado na sexta-feira produziu algum efeito, derrubando o dólar quando estava muito perto de R\$ 2. Na me-

lhor das hipóteses, no entanto, as ações do BC, somadas à percepção do risco assumido pelos especuladores, poderão conter esta onda. E depois?

É preciso reconhecer a causa da insegurança dos últimos dias. Como mostramos, os piores dados da economia estão longe de apontar um desastre iminente. Todos os problemas de maior alcance, embora preocupantes, podem ser superados em prazo razoável, se o governo tiver alguma eficácia política. A lista básica de tarefas é até curta: 1) é preciso reforçar o setor externo, cuidando mais da competitividade e da exportação; 2) é indispensável completar a reforma das contas públicas, mexendo na Previdência, pondo em marcha a mudança administrativa e aprovando a Lei de Responsabilidade Fiscal; 3) é essencial reconstruir o sistema tributário, para simplificá-lo, torná-lo menos vulnerável à evasão e adaptá-lo a uma economia sujeita à competição internacional.

A lista é relativamente simples, mas tudo



isso envolve um forte senso de direção e um firme compromisso do governo com os objetivos de longo prazo. Não é preciso concluir todas as tarefas em curtíssimo prazo, para dar segurança ao empresariado, aos trabalhadores, aos consumidores e aos participantes do mercado financeiro. O governo só tem de mostrar a capacidade – e, antes de tudo, a disposição – de manter um rumo bem definido e de agir de forma organizada.

No cenário político dos últimos dois meses – para mencionar só os fatos mais visíveis –, temos visto exatamente o contrário disso. O governo tem-se deixado assediado de todos os lados, sem tomar a iniciativa, mostrando-se despreparado para reagir e cedendo, com frequência, a pressões injustificáveis. No caso dos caminhoneiros, aceitou mandar ao Congresso uma proposta de mudança do Código de Trânsito Brasileiro. Acossado pela bancada nordestina, concordou em dar facilidades fiscais e financeiras

para a instalação da Ford na Bahia. Presionado pela bancada ruralista, acabou forçado a propor negociações, sem conseguir mobilizar, no Congresso, apoio suficiente para deter o projeto. Pior que isso: deixou-se, aparentemente, surpreender por um movimento iniciado muito tempo antes e sem nenhum segredo. Soma-se a esses dados, entre outros fatores, o desinteresse em rela-

**Segurança  
quanto ao  
longo prazo  
depende da  
firmeza do  
governo**

ção à reforma tributária. Esse desinteresse equivale a um desprezo pelas condições de crescimento sustentável.

Tudo isso é mais assustador que qualquer número de curto prazo. O Banco Central pode atuar de imediato para debelar a especulação no mercado de câmbio, mas só a ação presidencial, mostrando a disposição de buscar organicamente um objetivo de longo prazo, pode criar a confiança em resultados duradouros.